

## O REINO CANIBAL\*

Marvin Harris

MARVIN HARRIS

### CANIBAIS E REIS



Na qualidade de carniceiros metódicos e bem treinados no campo de batalha e de cidadãos da terra da Inquisição, Cortés e os seus homens, que chegaram ao México em 1519, estavam acostumados a exhibições de crueldade e derramamento de sangue. Não deve ter sido grande surpresa para eles descobrir que os Astecas sacrificavam metodicamente seres humanos, na medida em que os Espanhóis e outros europeus metodicamente quebravam os ossos das pessoas na roda, arrancavam os braços e pernas de pessoas em lutas de tracção entre cavalos e matavam mulheres acusadas de bruxaria queimando-as na fogueira. Contudo, não estavam exactamente preparados para o que encontraram no México.

Em nenhuma outra parte do mundo se desenvolvera uma religião patrocinada pelo estado cuja arte, arquitectura e ritual fossem tão completamente dominados pela violência, a decadência, a morte e a doença. Em nenhuma outra parte eram as paredes e praças dos grandes templos reservadas a tão concentrada exibição de maxilares, presas, garras, ossos e cabeças de olhos esbugalhados. As narrativas de Cortés e de Bernal Díaz não deixam lugar para dúvidas relativamente ao significado eclesiástico das medonhas fisionomias retratadas em pedra. Os deuses astecas comiam pessoas. Comiam corações humanos e bebiam sangue humano. E a função declarada do clero asteca era fornecer corações humanos e sangue humano fresco para impedir que as impiedosas divindades se irassem e estropiassem, flagelassem com doenças, definhassem e pusessem o mundo inteiro em chamas.

Os Espanhóis viram pela primeira vez o interior de um templo asteca como convidados de Moctezuma, o último dos reis astecas. Moctezuma não tinha ainda tomado uma decisão acerca das intenções de Cortés — erro que em breve se revelaria fatal para ele — quando convidou os espanhóis a subirem 114 degraus até aos templos gémeos de Uitzilpochtli e Tlaloc, no

\* HARRIS, Marvin. *Canibais e reis*. Trad. Teresa Louro Pérez. Lisboa: Edições 70, 1977, pp. 141-159.

cimo da pirâmide mais alta de Tenochtitlán no centro do que é hoje a Cidade do México. À medida que subiam os degraus, escreveu Bernal Díaz, surgiam perante os seus olhos outros templos e santuários “todos de um branco reluzente”. No espaço aberto no topo da pirâmide “ficavam as grandes pedras onde colocavam os pobres índios para serem sacrificados”. Também ali havia “uma corpulenta imagem que parecia um dragão e outras figuras maléficas e muito sangue derramado nesse mesmo dia”. Então Moctezuma deixou-os ver a imagem de Uitzilpochtli, com a sua “face muito grande e olhos monstruosos e terríveis”, defronte da qual “ardiam os corações de três índios que tinham sacrificado nesse dia”. As paredes e o chão do templo “estavam tão salpicados e encrustados de sangue que eram negros” e “o local todo deitava um fedor nojento”. Também no templo de Tlaloc estava tudo cheio de sangue, “tanto as paredes como o altar, e o fedor era tal que mal podíamos esperar pelo momento de sair dele”.

A principal fonte de alimentos dos deuses astecas eram prisioneiros de guerra, que eram conduzidos pelos degraus das pirâmides até aos templos, agarrados por quatro sacerdotes, colocado de pernas e braços abertos de costas sobre o altar de pedra e rasgados de um lado do peito ao outro com um punhal de obsidiana empunhado por um quinto sacerdote. O coração da vítima — geralmente descrito como ainda pulsando — era então arrancado e queimado como oferenda. O corpo era empurrado pelos degraus da pirâmide abaixo, que eram propositadamente íngremes para esta função.

Ocasionalmente algumas vítimas sacrificiais — talvez guerreiros distintos — tinham o privilégio de se defender durante algum tempo antes de serem mortas. Bernardino de Sahagún, o maior historiador e etnógrafo dos Astecas, descreveu estas batalhas simuladas da seguinte maneira:

[...] matavam outros cativos batalhando com eles — estando estes atados, pela cintura, com uma corda que passava pela cavidade de uma pedra redonda, como uma mó; e [a corda] era comprida o bastante para que [o cativo] pudesse deslocar-se por toda a circunferência da pedra. E davam-lhe armas com as quais podia combater; e quatro guerreiros vinham sobre ele com espadas e escudos e, um a um, cruzavam espadas com ele até o vencerem.

Aparentemente no estado asteca, dois ou três séculos antes, o próprio rei não estava isento da tarefa de despachar algumas vítimas pelas suas próprias mãos. Aqui está uma narrativa de Diego Durán da lendária matança de prisioneiros capturados entre os Mixtecas:

Os cinco sacerdotes entraram e reclamaram o prisioneiro que era o primeiro da fila. [...] Levaram cada prisioneiro até onde estava o rei e, depois de o obrigarem a ficar de pé sobre a pedra que figurava o sol, derrubavam-no de costas. Um segurava-o pelo braço direito, outro pelo esquerdo, um pelo pé esquerdo, outro pelo direito, enquanto o quinto sacerdote lhe atava o pescoço com uma corda e a segurava para ele não se poder mexer. O rei ergueu o punhal bem alto e deu uma cutilada no peito dele. Depois de o abrir tirou o coração e levantou-o ao alto com a mão como oferenda ao sol.

Depois de o coração arrefecer lançou-o para a depressão circular, tomando algum sangue na mão e espargindo-o em direcção ao sol.

Nem todas as vítimas eram prisioneiros de guerra. Números substanciais de escravos eram também sacrificados. Além disso, eram escolhidos certos jovens dos dois sexos com o fim de personificarem deuses e deusas específicos. Esses eram tratados com grande cuidado e ternura durante todo o ano que antecedia a sua execução. No *Códice Florentino*, um livro do século XVI escrito em nahuatl, a língua dos Astecas, existe esta narrativa da morte de uma mulher que desempenhou o papel da deusa Uixtociuatl:

E depois de terem morto os cativos, só [então] se seguiu [a personificadora de] Uixtociuatl; ela só apareceu por último. Chegaram ao fim e terminaram só com ela.

E feito isto, deitaram-na então sobre a pedra da oferenda. Estenderam-na de costas. Agarraram-na; esticaram e afastaram-lhe os braços e as pernas, curvando [para cima] o peito, curvando [para baixo] as costas e esticando a cabeça para baixo, na direcção da terra. E aproximou-se do pescoço dela com a ponta bem segura de um espadarte, ponteaguda, espinhosa; com espinhas dos dois lados.

E o matador manteve-se ali de pé; ergueu-se. Então abriu o peito dela.

E quando lhe abriu o peito, o sangue jorrou bem alto; brotou muito alto enquanto se derramava, enquanto fervilhava.

E feito isto, ele levantou o coração dela em oferenda [ao deus] e colocou-o no jarro verde, que se chamava o jarro de pedra verde.

E enquanto isto se fazia, as trombetas soavam com ruído. E depois de isto terminado, então baixaram o corpo e o coração de [da imagem de] Uixtociuatl, coberta de um manto precioso.

Mas exibições de reverência destas eram poucas e muito espaçadas. A grande maioria das vítimas não subia jubilosamente os degraus da pirâmide, lisonjeadas pela perspectiva de estarem prestes a fazer a felicidade de um deus qualquer. Muitas delas tinham de ser arrastadas pelos cabelos:

Quando os senhores dos cativos levaram os seus escravos para o templo onde haviam de ser mortos, levaram-nos pelos cabelos. E quando os levavam pelos degraus da pirâmide acima, alguns cativos cambaleavam e os seus senhores amparavam-nos e arrastavam-nos pelos cabelos para a pedra sacrificial onde iam morrer.

Os Astecas não foram os primeiros mesoamericanos a sacrificar seres humanos. Sabemos que os Toltecas e os Maias se entregavam a essa prática e uma inferência racional que podemos tirar é que todas as pirâmides mesoamericanas íngremes e de topo plano se destinavam a servir de palco ao espectáculo em que os deuses eram alimentados de vítimas humanas. O sacrifício humano também não foi uma invenção das religiões estatais. A ajuizar pelos indícios de sociedades agrupadas em bandos e aldeias por todas

as Américas e em muitas outras partes do mundo, o sacrifício humano antecedeu em muito a ascensão das religiões de estado.

Do Brasil às Grandes Planícies, as sociedades índias americanas liquidavam ritualmente vítimas humanas para obter certos tipos de benefícios. Praticamente todos os elementos do ritual asteca tiveram precursores nas crenças e práticas dos povos que viviam em bandos e aldeias. Até a preocupação com a remoção cirúrgica do coração tinha os seus precedentes. Os Iroqueses, por exemplo, competiam uns com os outros pelo privilégio de comer o coração de um prisioneiro bravo para adquirirem parte da sua coragem. Em toda a parte os prisioneiros do sexo masculino eram as principais vítimas. Antes de serem mortos, eram obrigados a passar por entre duas filas de homens armados, ou eram espancados, queimados, mutilados ou submetidos a outras formas de tortura e maus tratos. Por vezes eram atados a postes e davam-lhes um pau com o qual se podiam defender dos seus algozes. Ocasionalmente, um ou dois prisioneiros eram mantidos durante períodos extensos e era-lhes fornecida boa alimentação e concubinas.

A seguir ao sacrifício ritual de prisioneiros de guerra entre povos agrupados em bandos e aldeias, geralmente comia-se todo ou parte do corpo da vítima. Graças ao testemunho ocular relatado por Hans Städen, um marinheiro alemão que naufragou na costa do Brasil no princípio do século XVI, temos uma idéia nítida da forma como um grupo, os Tupinambás, combinava o sacrifício ritual com o canibalismo.

No dia do sacrifício, o prisioneiro de guerra, amarrado pela cintura, era arrastado para a praça. Era rodeado por mulheres que o insultavam e o maltratavam, mas era-lhe permitido dar livre curso aos seus sentimentos atirando-lhes frutos ou cacos de louça. Entretanto, velhas pintadas de preto e vermelho e com colares de dentes humanos traziam vasos ornamentados onde seriam cozinhados o sangue e as entranhas da vítima. A maça cerimonial que seria usada para o matar era passada entre os homens para "adquirir o poder de apanhar um prisioneiro no futuro". O executor real usava uma comprida capa de penas e era seguido de parentes que cantavam e tocavam tambores. O executor e o prisioneiro escarneciam um do outro. O prisioneiro tinha a liberdade bastante para se esquivar aos golpes e por vezes punham-lhe uma maça nas mãos para que se protegesse sem ser capaz de ripostar. Quando por fim lhe quebravam o crânio, toda a gente "gritava e assobiava". Se tinham dado uma esposa ao prisioneiro durante o seu período de cativo, esperava-se que esta derramasse lágrimas sobre o corpo dele antes de se juntar ao festim que se seguia. Depois, as velhas "precipitavam-se para beber o sangue quente" e as crianças mergulhavam as mãos nele. "As mães espalhavam sangue nos mamilos para que até os bebés o provassem". O corpo era cortado em quartos e assado enquanto "as velhas que eram as que mais ansiavam pela carne humana" lambiam a gordura que caía dos paus que formavam a grelha.

Mais de dezessete mil quilómetros para norte, cerca de dois séculos depois, os missionários jesuítas testemunharam um ritual semelhante entre os Hurons do Canadá. A vítima era um iroquês que fora capturado juntamente

com vários outros companheiros enquanto pescavam no Lago Ontário. O chefe huron encarregue do ritual explicou que o Sol e o Deus da Guerra ficariam contentes com o que iam fazer. Era importante não matar a vítima antes do nascer do dia, de forma que iam começar por lhe queimar apenas as pernas. Também não deviam praticar o acto sexual durante a noite. O prisioneiro, de mãos atadas, que alternadamente guinchava de dor e cantava uma canção de desafio aprendida em criança exactamente para esta ocasião, foi levado para dentro de portas, onde foi atacado por uma multidão armada de tições de casca de árvore. Enquanto cambaleava de um lado ao outro da sala, algumas pessoas agarravam-lhe as mãos, “quebrando os ossos delas pela força; outras furavam-lhe as orelhas com varas que deixavam nelas”. Sempre que ele parecia prestes a expirar, o chefe intervinha “e mandava-lhes que parassem de o atormentar, dizendo que era importante que ele visse a luz do dia”. À alvorada levaram-no para fora e obrigaram-no a subir para uma plataforma construída numa armação de madeira para que toda a aldeia pudesse observar o que lhe estava a acontecer — servindo a armação de plataforma sacrificial à falta das pirâmides de topo plano criadas para tais fins pelos estados mesoamericanos. Quatro homens tomaram então a seu cargo a tortura do cativo. Queimaram-lhe os olhos, aplicaram-lhe machados em brasa nos ombros e enfiaram tições a arder na garganta e no ânus. Quando se tornou evidente que ele estava a morrer, um dos executores “cortou um pé, outro uma mão e quase ao mesmo tempo um terceiro separou a cabeça dos ombros, atirando-a à multidão onde alguém a apanhou” para a levar ao chefe, que mais tarde fez “com ela um festim”. No mesmo dia foi igualmente feito um festim do tronco da vítima e quando voltavam para casa os missionários encontraram um homem “que levava num espeto uma das mãos do prisioneiro meio-assada”.

Deixem-me fazer aqui uma pequena pausa para discutir as interpretações destes rituais que as atribuem a impulsos humanos inatos. Estou particularmente interessado em teorias elaboradas apresentadas na tradição freudiana que afirmam que a tortura, o sacrifício e o canibalismo são inteligíveis como expressões de instintos de amor e de agressão. Eli Sagan, por exemplo, argumentou recentemente que o canibalismo é “a forma mais fundamental de agressão humana”, visto envolver um compromisso entre amar a vítima comendo-a e matá-la porque nos frustra. Isto pretende explicar por que razão as vítimas são por vezes tratadas com grande amabilidade antes de dar início à sua tortura — os executores estão apenas a reconstituir a sua relação de amor-ódio com os seus pais. O que esta abordagem não consegue esclarecer é que a tortura, o sacrifício e o acto de comer os prisioneiros de guerra não pode ter lugar sem prisioneiros de guerra, e os prisioneiros de guerra não podem ser capturados a não ser que haja guerras. Já chamei a atenção para o facto de as teorias que remontam a guerra a instintos pan-humanos não terem utilidade como explicações para as variações da intensidade e estilo do conflito intergrupos e de poderem induzir em erro por implicarem que a guerra é inevitável. As tentativas de compreender a razão por que os prisioneiros de guerra são por vezes

amimados, e depois torturados, sacrificados e comidos em termos de instintos universais conflituosos de amor e ódio são inúteis e perigosas pela mesma razão. Os prisioneiros nem sempre são amimados, torturados, sacrificados e comidos, e qualquer teoria que pretenda explicar por que ocorre este complexo deve ser também capaz de explicar por que não ocorre. Como as actividades em questão fazem parte do processo de conflito armado, a sua explicação deve ser procurada primeiro e antes do mais nos custos e lucros militares — em variáveis que reflectem o tamanho, estatuto político, tecnologia do armamento e logística dos combatentes. Fazer prisioneiros, por exemplo, é em si um acto que depende da capacidade de uma partida atacante de evitar contra-ataques e emboscadas de regresso a casa sobrecarregada com cativos inimigos relutantes. Quando a partida atacante é pequena e quando tem de percorrer distâncias consideráveis através de regiões em que o inimigo pode retaliar antes de se atingir território seguro, a captura de inimigos pode ser totalmente posta de parte. Nestas circunstâncias, só se podem trazer pedaços do inimigo para validar a contagem de corpos essencial para o estabelecimento de reclamação das recompensas sociais e materiais reservadas à excelência e bravura no combate. Daqui temos o costume espalhado de trazer cabeças, escalpes, dedos e outras partes do corpo em lugar do cativo inteiro vivo.

Uma vez trazido o prisioneiro para a aldeia, o tratamento que ele pode esperar é determinado em grande parte pela capacidade dos seus anfitriões de absorver e regular o trabalho servil, sendo decisiva a diferença entre sistemas políticos pré e pós-estatais. Quando os prisioneiros são poucos e espaçados, o seu tratamento temporário como convidados venerados não é de surpreender. Sejam quais forem as ambivalências psicológicas profundas que possam existir nos espíritos dos captadores, o prisioneiro é uma posse valiosa — uma posse por quem os seus anfitriões arriscaram literalmente a vida. Contudo, não há geralmente maneira de o absorver no grupo; uma vez que não pode ser enviado de volta para o inimigo, tem de ser morto. E a tortura tem a sua economia macabra própria. Se ser torturado é, como dizemos, morrer mil mortes, então torturar um pobre cativo é matar mil inimigos. A tortura é também um espectáculo — um divertimento — que tem sido posto à prova para a aprovação das audiências ao longo das épocas. Não tenho a intenção de afirmar que faz parte da natureza humana gostar de ver pessoas feridas, queimadas e desmembradas. Mas faz parte da natureza humana prestar arrebatada atenção a visões e sons invulgares como sangue a jorrar de feridas e gritos e uivos. (E, mesmo assim, muitos de nós viramos a cara horrorizados).

A questão, mais uma vez, não é que gostemos instintivamente de ver outra pessoa sofrer, mas que temos a capacidade de aprender a gostar disso. A consciência dessa capacidade foi importante para sociedades como os Tupinambás e os Huron. Trata-se de sociedades que tinham de ensinar os seus jovens a ser implacavelmente brutais para com os seus inimigos no campo de batalha. Tais lições são mais facilmente aprendidas quando nos apercebemos de que o inimigo nos fará aquilo que lhe fizemos a ele se

cairmos nas mãos dele. Acrescente-se ao valor do prisioneiro o seu corpo vivo, que está para o treino dos guerreiros como os cadáveres para o treino dos médicos. A seguir vêm os rituais da matança — o sacrifício para agradar aos deuses, os executores com o seu equipamento sagrado, a abstenção de relações sexuais. Compreender tudo isto é compreender que a guerra em sociedades agrupadas em bandos e aldeias é assassinio ritual, independentemente de o inimigo ser morto no campo de batalha ou em casa. Antes de partir para a batalha, os guerreiros pintam-se e decoram-se, invocam os antepassados, tomam drogas alucinogénicas para entrarem em contacto com espíritos tutelares e reforçam as suas armas com encantamentos mágicos. Os inimigos mortos no campo de batalha são “sacrifícios” no sentido de se dizer que as suas mortes agradam aos antepassados ou aos deuses da guerra, tal como se diz que aos antepassados ou aos deuses da guerra agradam a tortura e a morte de um prisioneiro. Finalmente, há a questão do canibalismo — uma questão que, ao ser colocada, revela em si uma profunda incompreensão por parte de quem a coloca. As pessoas podem aprender a gostar ou a não gostar do sabor da carne humana, tal como podem aprender a sentirem-se divertidas ou horrorizadas pela tortura. É evidente que há muitas circunstâncias nas quais um gosto adquirido pela carne humana pode ser integrado no sistema motivacional que inspira as sociedades humanas a irem para a guerra. Além disso, comer o inimigo é literalmente sacar força da sua aniquilação. O que tem, pois, de ser explicado é a razão por que culturas que não têm escrúpulos em matar inimigos se hão-de abster de os comer. Mas esse é um enigma que não estamos ainda preparados para resolver.

Se esta digressão na avaliação militar dos custos como explicação para o complexo de tortura-sacrifício-canibalismo parece um pouco mecânica de mais, deixem-me dizer que não nego a existência de motivações psicológicas ambivalentes como as geradas pela situação edipiana em sociedades militaristas com supremacia masculina. É de esperar que a guerra produza emoções contraditórias e que signifique muitas coisas simultaneamente para os participantes. E não nego o canibalismo pode expressar tanto afeição como ódio para com a vítima. O que rejeito definitivamente é o ponto de vista de que os padrões específicos de agressão intergrupos possam ser explicados por elementos psíquicos vagos e contraditórios audaciosamente abstraídos das pressões ecológicas e reprodutivas específicas que induziram os povos a travar a guerra em primeiro lugar.

Voltando aos Astecas, podemos ver que o contributo único da sua religião não foi a introdução de sacrifícios humanos, mas a sua elaboração ao longo de certos percursos destrutivos. Nomeadamente, os Astecas transformaram o sacrifício humano de um subproduto ocasional no campo de batalha numa rotina em que não se passava um dia sem que alguém não estivesse derrubado nos altares dos grandes templos como Uitzilopochtli e Tlaloc. E também se faziam sacrifícios em dezenas de templos menos importantes equivalentes a capelas de bairro. Uma destas — uma estrutura baixa, circular, de topo plano com cerca de 609 metros de diâmetro foi escavada durante a construção do metropolitano da Cidade do México.

Encontra-se actualmente, preservada por paredes de vidro, numa das estações mais movimentadas. Para esclarecimento das multidões de cidadãos vulgares que por ela passam todos os dias, uma placa chama apenas a atenção para o facto de os antigos mexicanos serem “muito religiosos”.

Como os exércitos astecas eram milhares de vezes maiores que os dos Hurons ou dos Tupinambás, podiam capturar milhares de prisioneiros numa só batalha. Além dos sacrifícios diários de pequenos números de prisioneiros e escravos em santuários, dos mais importantes aos menos importantes, sacrifícios em massa que envolviam pois centenas e milhares de vítimas podiam ser executados para comemorar acontecimentos especiais. Os cronistas espanhóis foram informados, por exemplo, de que na inauguração da grande pirâmide de Tenochtitlán em 1487 foram sacrificadas quatro filas de prisioneiros que se estendiam por mais de três quilómetros por uma equipa de executores que trabalharam noite e dia durante quatro dias. A dois minutos por sacrifício, o demógrafo e historiador Sherburne Cook calculou que o número de vítimas ligadas a esse acontecimento foi de 14100. A escala destes rituais podia passar por exagero se não fosse Bernal Díaz e Andrés de Tápia terem encontrado filas metodicamente arrumadas e portanto facilmente contáveis de crânios humanos nas praças das cidades astecas. Díaz escreve que, na praça de Xocotlán,

havia pilhas de crânios humanos dispostas de maneira tão regular que se podia contá-las, e avaliei-os em mais de cem mil.

Volto a repetir que havia mais de cem mil.

Em relação ao encontro da grande armação de crânios no centro de Tenochtitlán, escreveu Tápia:

As estacas estavam separadas umas das outras por pouco menos de uma vara [menos de um metro], e estavam cheias de paus atravessados de cima abaixo e em cada pau havia cinco crânios empalados pelas têmporas; e o escritor e um certo Gonzalo de Umbría, contaram os paus e multiplicando por cinco cabeças por pau de estaca a estaca, como já disse, calculamos que havia 136 mil cabeças.

Mas havia mais. Tápia descreveu também duas altas torres todas feitas de crânios unidos por cal em que havia um incontável número de crânios e maxilares.

As explicações tradicionais da vasta escala deste morticínio representam os Astecas como um povo obcecado pela ideia de que os seus deuses precisavam de beber sangue humano e que passaram, por conseguinte, a fazer guerras para cumprirem o seu dever sagrado. Segundo as palavras de Jacques Soustelle:

Donde haviam, pois, de vir mais vítimas? Pois elas eram essenciais para darem aos deuses o seu alimento. [...] Onde se poderia encontrar o precioso sangue sem o qual o Sol e toda a estrutura do universo estavam condenados à



aniquilação? Era essencial manter-se em estado de guerra. [...] A guerra não era apenas um instrumento político: era, acima de tudo, um rito religioso, uma guerra santa.

Mas as guerras santas entre estados são muito frequentes. Os Judeus, os Cristãos, os Muçulmanos, os Hindus, os Gregos, os Egípcios, os Chineses, os Romanos — todos eles iam para a guerra para cumprirem a vontade de deus. Só os Astecas achavam que era virtuoso ir para a guerra para arranjar grandes números de sacrifícios humanos.

E embora todos os outros estados arcaicos e outros não tão arcaicos se entregassem ao morticínio e a atrocidades em massa, nenhum deles o fez a pretexto de que os governantes celestes tivessem um desejo incontrolável de beber sangue humano. (Como veremos, não é por acaso que os deuses de muitos estados do Velho Mundo bebiam hidromel ou ambrósia, comiam orvalho doce ou não mostravam preocupar-se com a próxima refeição). Os Astecas estavam de tal maneira decididos a fazer prisioneiros para serem sacrificados que muitas vezes deixavam de se aproveitar de uma vantagem militar por medo de que matassem demasiadas tropas inimigas antes de se acordarem os termos da rendição. Esta tática ficou-lhes cara nos seus reencontros com as tropas de Cortés que, do ponto de vista dos Astecas, se mostravam irracionalmente decididas a matar toda a gente que lhes aparecia à frente.

Sherburne Cook foi o primeiro antropólogo moderno a repudiar uma abordagem sentimentalista do enigma do sacrifício asteca: "Por poderoso que seja, nenhum impulso puramente religioso se pode manter com êxito por qualquer período de tempo em oposição à resistência económica fundamental". Cook propôs que a guerra e o sacrifício astecas faziam parte de um sistema para regular o crescimento da população. Ele calculou que o efeito combinado das mortes em combate e dos sacrifícios produzia uma elevação anual de 25 por cento na taxa de mortalidade. Como "a população estava a chegar ao máximo compatível com os meios de subsistência [...] o efeito da guerra e dos sacrifícios teria sido eficaz como forma de deter um aumento impróprio de número". Esta teoria era mais perfeita que as suas antecessoras, mas falha nitidamente no seu ponto central. Os Astecas não podiam ter controlado a população do Vale do México por meio da guerra e do sacrifício humano. Visto que quase todas as mortes em combate e as vítimas sacrificadas eram do sexo masculino, o aumento de 25 por cento nas taxas de mortalidade refere-se apenas aos homens e podia facilmente ser anulada por um aumento de 25 por cento da taxa de natalidade. Se os Astecas estivessem sistematicamente decididos a reduzir a taxa de crescimento da população, ter-se-iam concentrado em sacrificar donzelas em vez de homens adultos. Além disso, mesmo que a função dos seus sacrifícios fosse o controlo da população, por que não se limitavam eles a matar os seus inimigos durante a batalha, como os exércitos imperiais doutras partes do mundo sempre acharam meio de fazer? A explicação de Cook não abrange a particularidade da prática mesoamericana — não explica por que razão o

morticínio tinha de ser feito no cimo de uma pirâmide e não no campo de batalha.

As descrições convencionais do ritual asteca do sacrifício terminam com o corpo da vítima aos trambolhões pela pirâmide abaixo. Cegos pela imagem de um coração a pulsar ainda estendido nas mãos do sacerdote, facilmente nos esquecemos de perguntar o que acontecia ao corpo quando chegava ao fundo dos degraus. Michel Harner de The New School seguiu esta questão com maior interesse e coragem que qualquer outra pessoa. Durante o resto deste capítulo apoiar-me-ei no seu trabalho. É a ele que cabe o crédito da resolução do enigma do sacrifício asteca.

Como Harner assinala, não há na realidade mistério nenhum em relação ao que acontecia aos corpos, uma vez que todas as narrativas de testemunhas oculares estão fundamentalmente de acordo. Quem quer que possua conhecimento da forma como os Tupinambás, os Hurons e outras sociedades agrupadas em aldeias davam fim às suas vítimas sacrificiais deve poder chegar à mesma conclusão: as vítimas eram comidas. A descrição de Bernardino De Sahagún deixa pouco espaço para dúvidas:

Depois de lhes terem arrancado o coração e vertido o sangue numa cabaça, que o senhor do homem morto recebia em pessoa, punham o corpo a rolar pelos degraus da pirâmide abaixo. Ele parava sobre um pequeno largo lá em baixo. Aí alguns velhos, a que chamavam *Quaquacuitlin*, apoderavam-se dele e transportavam-no para o seu templo tribal, onde o desmembravam e o dividiam para o comerem.

De Sahagún menciona-o repetidas vezes:

Depois de os terem morto e de lhes terem arrancadoos corações, levavam-nos devagar, rolando-os pelos degraus abaixo. Quando chegavam ao fundo, cortavam-lhes as cabeças e trespassavam-nas com uma vara e levavam os corpos para as casas a que chamavam *calpulli*, onde os dividiam para os comerem.

[...] e arrancavam-lhes o coração e cortavam-lhes a cabeça. E mais tarde dividiam o corpo entre eles e comiam-no.

Diego Durán dá-nos uma descrição semelhante:

Depois de o coração ter sido arrancado era oferecido ao Sol e o sangue era aspergido na direcção da divindade solar. À imitação do descer do sol a oeste, o corpo era empurrado pelos degraus da pirâmide. Depois do sacrifício, os guerreiros celebravam um grande festim com muitas danças, cerimoniais e canibalismo.

Estas descrições esclarecem uma série de pontos do complexo asteca de guerra-sacrifício-canibalismo. Harner faz notar que cada prisioneiro tinha um dono — provavelmente o oficial que comandava os soldados que tinham procedido à captura. Quando o prisioneiro era trazido para Tenochtitlán, davam-lhe casa no complexo do dono. Pouco sabemos sobre o tempo que lá

ficava ou a forma como era tratado, mas podemos adivinhar que lhe davam bastantes tortilhas a comer para que não perdesse peso. É até possível que um comandante militar poderoso mantivesse várias dezenas de prisioneiros à mão, engordando-os para os preparar para dias de festa especiais ou acontecimentos familiares importantes como nascimentos, mortes ou casamentos. Quando se aproximava a altura do sacrifício, os prisioneiros podiam ter sido torturados para instrução e divertimento da família e vizinhos do dono. No dia do sacrifício, o dono e os seus soldados escoltavam sem dúvida o prisioneiro até à base da pirâmide para ver as actividades em companhia de outros dignitários cujos prisioneiros eram sacrificados no mesmo dia. Depois de retirado o coração, o corpo não caía pelos degraus abaixo mas era empurrado por servos, uma vez que os degraus não eram suficientemente íngremes para que o corpo rolasse sozinho do topo à base sem se deter. Os velhos, que De Sahagún designa de Quaquacuiltin, reclamavam o corpo e levavam-no de novo para o complexo do dono, onde o retalhavam e preparavam os membros para serem cozinhados — sendo a receita preferida um guisado temperado com pimentões e tomates. De Sahagún afirma que colocavam “rebentos de abóbora” na carne. O sangue da vítima, como De Sahagún nota, era recolhido numa cabaça pelos sacerdotes entregue ao dono. Sabemos que o coração era colocado num braseiro e queimado com incenso de copal, mas não é certo que fosse queimado até ficar em cinzas. Também não é certo o destino do tronco com os seus órgãos e da cabeça com os miolos. O crânio acabava exposto numa das armações descritas por Andrés Tápia e Bernal Díaz. Mas como grande parte dos canibais aprecia os miolos, podemos partir do princípio de que estes eram retirados — talvez pelos sacerdotes ou pelos espectadores — antes de os crânios acabarem expostos. Da mesma forma, ainda que, segundo Díaz, o tronco fosse lançado aos mamíferos, aves e serpentes carnívoros guardados no zoológico real, suspeito que os guardas do zoológico — Tápia diz que havia muitos — lhes tiravam primeiro a maior parte da carne.

Tenho vindo a seguir o destino do corpo da vítima para tornar claro que o canibalismo asteca não era uma prova formal dos cozinhados cerimoniais. Todas as partes comestíveis eram utilizadas de uma maneira rigorosamente comparável ao consumo da carne de animais domesticados. Os sacerdotes astecas podem ser legitimamente descritos como carniceiros rituais num sistema da responsabilidade do estado ligado à produção e redistribuição de quantidades substanciais de proteína animal na forma de carne humana. Claro que os sacerdotes tinham outros deveres, mas nenhum tinha maior significado prático que a matança.

As condições que deram origem ao reino canibal dos Astecas merecem ser cuidadosamente estudadas. Noutras partes, a ascensão de estados e impérios contribuiu para um desaparecimento gradual dos primitivos padrões de sacrifício humano e canibalismo. Ao contrário dos deuses astecas, os deuses supremos do Velho Mundo tinham colocado um tabu ao consumo de carne humana. Por que é que só na Mesoamérica os deuses encorajaram o canibalismo? Como Harner sugere, temos de procurar a resposta tanto nos

esgotamentos específicos do sistema mesoamericano sob o impacto de séculos de intensificação e crescimento populacional como nos custos/lucros da utilização de carne humana como fonte de proteína animal onde eram possíveis opções mais baratas.

Conforme disse antes, a Mesoamérica ficara no final do período glaciário numa condição de esgotamento maior do que qualquer outra região no que se refere a recursos animais. O contínuo crescimento da população e a intensificação da produção sob a influência gestora coerciva dos impérios clássicos das terras altas eliminaram virtualmente a carne animal da dieta das pessoas vulgares. A classe governante e os seus detentores continuaram naturalmente a desfrutar de iguarias como cães, perús, patos, veados, coelhos e peixe. Mas, como diz Harner, o povo — apesar da expansão das *chinampas* — estava muitas vezes reduzido a comer as algas retiradas da superfície do Lago Texcoco. Embora o milho e o feijão em quantidade suficiente pudessem fornecer todos os aminoácidos essenciais, as sistemáticas crises de produção ao longo do século XV levaram a que as rações proteicas decaíssem frequentemente a níveis que biologicamente justificariam um forte desejo de carne. Além disso, as gorduras de todo o tipo escasseavam constantemente.

Poderia a redistribuição de carne proveniente de vítimas sacrificiais ter melhorado significativamente o teor de proteínas e gorduras da dieta da nação asteca? Se a população do Vale do México fosse de 2 milhões e o número de prisioneiros disponíveis para redistribuição por ano fosse apenas de 15 000 a resposta é não. Mas a questão está mal equacionada. Não deveríamos inquirir quanto é que estas redistribuições canibais contribuíram para a saúde e vigor do cidadão médio mas em quanto é que os custos/lucros de controlo político sofreram uma alteração favorável como resultado da utilização da carne humana para recompensar grupos seleccionados em períodos cruciais. Se a única coisa que uma pessoa podia esperar fosse um ocasional dedo da mão ou do pé, o sistema não teria provavelmente funcionado. Mas se a carne fosse fornecida em pacotes concentrados à nobreza, aos soldados e aos seus altos servidores, e se o fornecimento fosse sincronizado para compensar os défices do ciclo agrícola, o lucro para Moctezuma e a classe governante poderia ser suficiente para afastar o colapso político. Se esta análise está correcta, temos então de considerar as suas implicações inversas, a saber, que a possibilidade de utilização de espécies animais domesticadas teve um papel importante na proibição do canibalismo e no desenvolvimento das religiões de amor e compaixão nos estados e impérios do Velho Mundo. Pode ainda vir a verificar-se que o Cristianismo foi mais a dádiva do cordeiro na mangedoura do que da criança que nela nasceu.

*Sempre se comeram almas no Brasil. No século XVII, o padre Antonio Vieira raciocina por paralelismos em seu "Sermão para o Espírito Santo", às vésperas da partida de missionários para a Amazônia, usando a visão de São Pedro, em oração em Joppe, ao ouvir três vezes: "Surge, Petre, occide e manduca" ("Eia, Pedro, matai e comei"). Pensou serem animais proibidos pela Lei, no entanto, conclui Vieira: "Mas se aqueles animais significavam as nações dos gentios, e estas nações queria Deus que São Pedro as ensinasse e convertesse, como lhe manda que as mate e as coma? Por isso mesmo, porque o modo de converter feras em homens é matando-as e comendo-as, e não há coisa mais parecida ao ensinar e doutrinar, que o matar e o comer". Na perspectiva de Vieira, os missionários são canibais. Buscavam resgatar os índios da "barbárie" extrema — o canibalismo — preparando-os para a empresa colonial, convertendo-os ao cristianismo, e em troca ofereciam a eucaristia, como consumo do corpo de Cristo transubstanciado. O processo colonial foi uma guerra de canibalismo.*

Paulo Herkenhoff